

ENCONTRO POLÍTICO
DE PROPOSTAS PARA A
INDÚSTRIA

PREFEITURÁVEIS

Eleições/2024



PALMAS - TO

CARTA DA
INDÚSTRIA

Palmas, setembro de 2024.

FIETO Federação das
Indústrias do Estado
do Tocantins



DIRETORIA EXECUTIVA - QUADRIÊNIO 2024/2028

Presidente **Roberto Magno Martins Pires**

Vice-Presidente Executivo **Bartolomé Alba Garcia**
Vice-Presidente Executivo **Carlos Augusto Suzana**
Vice-Presidente Executivo **Carlos Wagno Maciel Milhomem**
Vice-Presidente Executivo **Emilson Vieira Santos**
Vice-Presidente Executivo **Esequiel de Sousa Milhomem**
Vice-Presidente Executivo **Gliner de Souza Borges**
Vice-Presidente Executivo **Maria Elieth José Antônio Lobo**
Vice-Presidente Executivo **Mário de Castro Pillar**
Vice-Presidente Executivo **Oswaldo Stival Júnior**
Vice-Presidente Executivo **Tiago Arruda Ferreira**

Primeiro Secretário **Charles Alberto Elias**
Segundo Secretário **Claudizete Carneiro Santos**

Primeiro Tesoureiro **Walter Atta Rodrigues Bittencourt Júnior**
Segundo Tesoureiro **Geová Pereira de Mendonça**

Suplente da Diretoria **Cabral Santos Gonçalves**
Suplente da Diretoria **Cícero Bento da Silva**
Suplente da Diretoria **Diego Teodoro Carvalho Alba Garcia**
Suplente da Diretoria **Rômulo Mota Xavier de Oliveira**
Suplente da Diretoria **Gilberto Vieira Fernandes**
Suplente da Diretoria **Jacques José de Barros** (em memória)
Suplente da Diretoria **José Febrônio da Silva**
Suplente da Diretoria **Luciano de Carvalho Rocha**
Suplente da Diretoria **Luiz Carlos Alves de Oliveira**
Suplente da Diretoria **Wilmar Oliveira de Bastos**

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Cícero Bento da Silva
Diego Teodoro Carvalho Alba Garcia
Walter Atta Rodrigues Bittencourt Júnior

Suplentes

José de Souza Vasque
Luciano de Carvalho Rocha
Cristiano Fantine Rezende

REPRESENTANTES JUNTO A CNI

Efetivos

Roberto Magno Martins Pires
Sérgio Carlos Ferreira Tavares

Suplentes

Carlos Augusto Suzana
Charles Alberto Elias

EXECUTIVOS DA FIETO

SESI - Serviço Social da Indústria
Departamento Regional do Tocantins

Roberto Magno Martins Pires
Presidente do Conselho/Diretor Regional
Fernando Wirthmann Ferreira
Superintendente Regional do SESI

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Departamento Regional do Tocantins

Roberto Magno Martins Pires
Presidente do Conselho/Diretor Regional
Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional do SENAI

IEL - Instituto Euvaldo Lodi
Núcleo Regional do Tocantins

Roberto Magno Martins Pires
Diretor do Núcleo Regional
Charles Alberto Elias
Superintendente do IEL



APRESENTAÇÃO

O NOVO ELEITOR

A história recente do nosso país ensejou o surgimento de um novo eleitor; mais impaciente com lentidão, má qualidade e custo dos serviços públicos e intolerante com corrupção e desvios da ética. São vários os motivos que lhe deram causa, mas é fácil identificar entre eles uma característica comum: maior nível de informação.

Parece evidente o fim do ciclo de abundância de recursos públicos e crescimento ilimitado do estado. A delicada situação financeira de várias unidades federativas, testemunha esse equívoco. Doravante, a administração pública deverá fazer mais com menos e ter mais disposição para: prestar contas, ouvidorias e parcerias com a iniciativa privada.

À sociedade cabe monitorar essa relação e influenciar suas decisões. O aprimoramento dos serviços públicos é crucial para gerar um ambiente seguro para os negócios e de soluções efetivas para a sociedade.

O executivo municipal é parte desse processo. É no município que vive o cidadão. É fundamental que os prefeitos conheçam o novo perfil dos munícipes, para gerir as necessárias mudanças. Este encontro político de propostas dos prefeituráveis do município de Palmas é uma iniciativa da indústria do Tocantins nesse sentido.



Roberto Pires
Presidente da FIETO



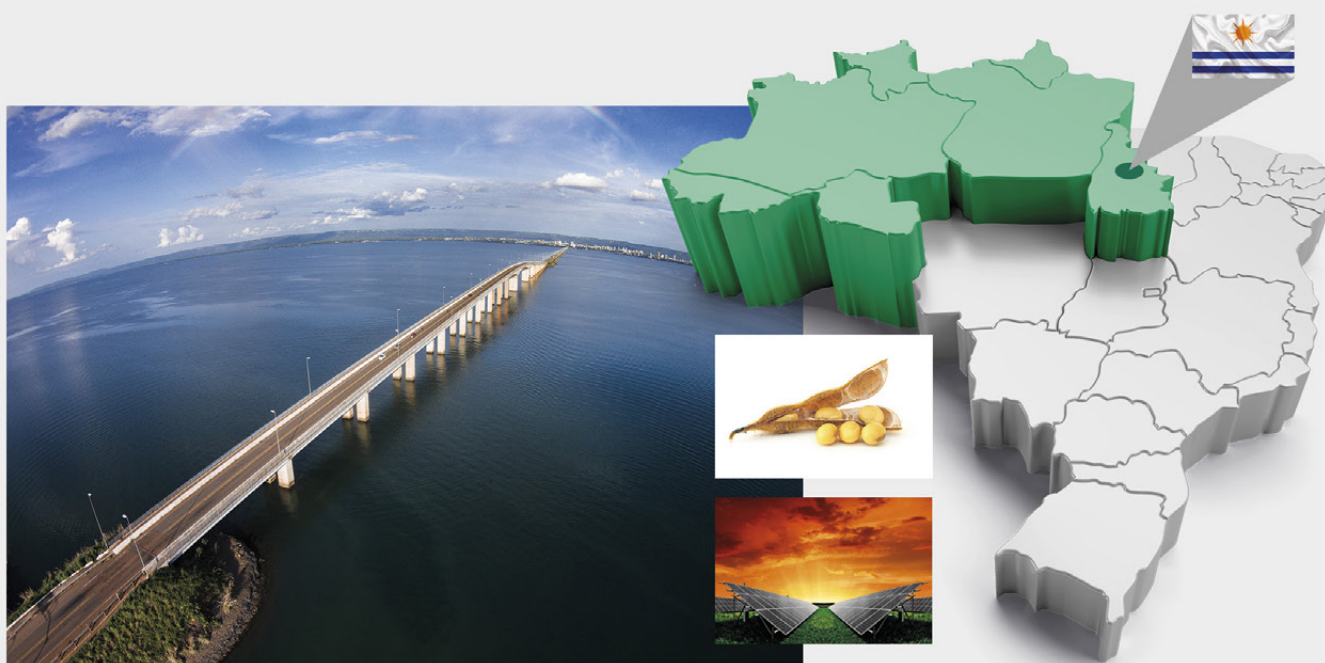


PALMAS - UM MUNICÍPIO PROMISSOR, MAS COM AMEAÇAS

O município tem potencial de crescimento porque:

- **Integra a Região Norte** que, na década, apresentou crescimento econômico superior ao das outras regiões do país. Essa “interiorização” do desenvolvimento é recente na economia nacional, reconfigura a atividade produtiva e cria oportunidades;
- **É abundante em recursos naturais**, o que remete ao seu uso múltiplo; tem ampla biodiversidade, que abre perspectivas para a bioindústria; detêm os maiores índices de insolação do país (e do mundo), que assegura energia farta e renovável;
- **Sedia a produção de “comodities” agrícolas** e pode emergir como produtor nacional produtos agroindustriais e fornecedor de alimentos com sustentabilidade;
- **É crescente em Capital Humano**, que mede o estoque de competências na sociedade com vistas ao mercado de trabalho e é decisivo na atração de capitais privados.

Mas para realizá-lo, o protagonismo do gestor público é determinante. Dele se espera eficiência e políticas de alocação dos recursos físicos e financeiros com foco no interesse coletivo.



UM PACTO MUNICÍPIO/INDÚSTRIA É FUNDAMENTAL

Município e Indústria precisam atuar em conjunto, objetivando uma governança que favoreça: planejamento, coordenação, capacidade técnica, agilidade, transparência e monitoramento de desempenho.

O ambiente de negócios precisa melhorar. A capacidade de absorção dos custos e obrigações por parte da iniciativa privada se esgotou e é necessário maior comprometimento do ente público nessa aliança, em todos os níveis.

Os empresários precisam ser mais ouvidos. Por arcarem com os efeitos das oscilações da economia em seus negócios, são os parceiros mais aptos para apontar os melhores caminhos.



A INDÚSTRIA DO TOCANTINS SABE O QUE QUER

A participação da indústria no conjunto de produtos e serviços do Tocantins já foi maior do que é hoje. A desindustrialização é nociva, porque induz o estado à posição de gerador de insumos e o afasta da estrutura nacional de produção de manufaturados e de empregos fora da esfera do governo.

A indústria tem disposição e competência para crescer e gerar derivativos sociais, mas precisa assegurar os requisitos mínimos, em boa medida condicionados à gestão pública (em todos os níveis).

O desempenho da gestão pública municipal é satisfatório em: Saúde, Segurança, Saneamento, Funcionamento da Máquina Pública, Capital Humano, Inserção Econômica, Telecomunicações e Meio Ambiente, **mas é insuficiente em:** Acesso à Educação, Sustentabilidade Fiscal e Inovação & Dinamismo Econômico.



A seguir essas insuficiências são detalhadas, ao lado de uma agenda de ações (estratégias) público-privadas para sua recuperação e sustentabilidade econômica e socioambiental:

ACESSO À EDUCAÇÃO

A deficiência da educação oficial está entre os principais desafios ao desenvolvimento socioeconômico do país, estados e municípios. Contempla: capacidade do sistema de ensino em absorver a demanda, tempo de permanência do aluno na escola e respectivo aproveitamento.

São muitos os malefícios da educação deficiente para a indústria, na medida em que falha em fornecer ao estudante a base intelectual mínima que o habilite a receber as capacitações exigidas pelo moderno “mundo do trabalho”.

O desempenho do município na dupla acesso/qualidade da educação tem sido pior no primeiro que no segundo, mas ambos são cadentes e com expressiva perda de posições ante seus pares nacionais. No conjunto, o acesso deficiente acaba por comprometer uma educação de qualidade razoável. Por prevalente sobre os demais fatores, aqui as ações de melhoria são mais urgentes.

Estratégias:

- Identificar/caracterizar as causas dos “bloqueios” ao acesso e implementar políticas preventivas;
- Aumentar a qualificação dos docentes/gestores da educação básica;
- Apoiar políticas da requalificação/aperfeiçoamento dos trabalhadores;
- Promover o ensino público, profissional e tecnológico, focado nas demandas do setor produtivo;
- Promover a educação empreendedora na escola pública.



SUSTENTABILIDADE FISCAL

É condição básica para provisão e manutenção do investimento público, atração do capital privado, credibilidade dos contribuintes/empresas e estímulo aos negócios. Contempla a dependência de repasses financeiros de outros entes públicos, investimento, capacidade de saldar débitos, despesa com pessoal e endividamento.

Basicamente, sua causa reside no fato dos entes públicos permitirem que as despesas com a “folha de pessoal” consumam a maior parte do orçamento e comprimam a parcela destinada à investimentos/inversões. Ao fazê-lo, eles perdem a oportunidade de ampliar os “gastos” que criariam melhor qualidade de vida e ambiente mais atraente aos negócios privados.

O desempenho do município neste pilar da gestão é preocupante devido contínua degradação, combinada à perda de colocações no “ranking” nacional.

Estratégias:

- Ampliar políticas sociais que reduzam a vulnerabilidade do cidadão;
- Promover o equilíbrio/eficiência do gasto público;
- Ampliar a parcela do orçamento público para o investimento produtivo;
- Facilitar o acesso e favorecer o crédito subsidiado (especialmente para a MPE);
- Veicular oportunidades de negócios e programas de atração de capitais.



INOVAÇÃO & DINAMISMO ECONÔMICO

Mensura a capacidade do ente público de capturar, através de insumos imateriais, inovação e dinamismo para a economia. Contempla: financiamento à pesquisa; criação de empregos criativos, disponibilização de crédito; PIB per capita, complexidade da estrutura produtiva e renda dos trabalhadores. Tem ganho realce ultimamente, posto que vai longe o tempo em que a atração de capitais se fazia apenas via fiscal; hoje, deve-se adicionar a qualidade de vida (saúde, educação, saneamento, meio ambiente, lazer, telecomunicações, mobilidade etc.).

Importante frisar que mesmo em estados desenvolvidos, este pilar é pouco prestigiado pelo administrador público. No município, a qualidade é estável, mas muito abaixo do nível, minimamente, desejável, o que sinaliza pouco protagonismo da administração municipal em prover os insumos ao desenvolvimento do setor produtivo de forma contumaz.

Estratégias:

- Disponibilizar recursos para Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento;
- Aprimorar/modernizar os instrumentos de incentivos tributários à inovação;
- Estimular a utilização da nova lei de licitações nas compras públicas;
- Garantir acesso à: insumos, tecnologias e logística para a segurança alimentar;
- Promover cursos oficiais de curta duração para empresários.



SINDICATOS PATRONAIS DA INDÚSTRIA

